



- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



MUDAR O TRABALHO

Maria de Lourdes Pintasilgo

TRABALHO E VIDA

Mudar a vida implica mudar as componentes da vida.

Poderíamos começar por pensar em mudar a nossa vida interior. Procuraríamos então os caminhos que nos levassem ao fundo adormecido de nós mesmos; acordaríamos os fantasmas e recapitularíamos os sonhos; agarraríamos os valores e as normas que havíamos deixado, dispersos, ao longo do tempo... E voltaríamos inocentes e purificados da viagem ao centro de nós mesmos a que nos aventuráramos.

Mas que aconteceria entretanto à nossa vida, à vida quotidiana que, dentro e fora de nós, queremos mudada — em mudança, mutável — para construirmos com ela outra sociedade, outra Igreja? Ter-se-ia enroscado em si própria, à volta do mistério inesgotável do eu e ter-se-ia precipitado para o nó da espiral, deixando de fora o movimento e a vida.

Poderíamos, no outro extremo da escala, pensar a mudança em termos da nossa relação com o universo físico que nos envolve. Procuraríamos mil formas de melhorar a «qualidade de vida»; respiraríamos a plenos pulmões os verdes dos campos e abrandaríamos os ritmos das cidades; em cada pedra ou ruína descobriríamos a história e o tempo; deixaríamos de fotografar, para parar e ver; antes de conjugar o verbo ir, saborearíamos o verbo estar... E regressaríamos, saudosos e perplexos, desse «paraíso perdido» que nos fora dado antever.

E em que teria mudado então a nossa vida? Teria, de certo, revestido novas dimensões, mas estaria noutra órbita; teria partido pela tangente da evasão para outros lugares, outros modos de viver, outras sociedades, outros horizontes de procura.

Num e noutro polo teríamos evitado o confronto com a opacidade bruta da matéria — a matéria que se

chama minério, petróleo, árvore, trigo, escola, hospital, coisa ou instituição, situação de cada pessoa ou acontecimento da história de um povo. E ao evitarmos esse confronto teríamos escamoteado a parcela da realidade, que, em grande parte, nos modela, nos condiciona, nos limita, nos faz: **o trabalho.**

É essa a componente a que vamos dar o primeiro lugar. Não por uma escolha que decorra de um imperativo económico, a que nos obrigaria a situação em que vivemos. Antes porque acreditamos que, mais do que um elemento da economia, o trabalho é um **cadinho de antropologia.** Em cada tipo de civilização, camadas sucessivas determinaram valores e normas, adquiriram identidade e criaram cultura, pela generalização de um tipo de trabalho. Foi a forma tomada por esse trabalho que sugeriu em cada momento a visão que o homem tinha do mundo, que estabeleceu laços específicos de comunicação e de convivência, que criou relações de poder e de dependência. (Lembro-me ainda do misto de terror e de deslumbramento com que vivi os primeiros anos de trabalho industrial. O ritmo, os sons, os cheiros, as cadeias, a inexorável pressão do produto a fabricar, da máquina a ter de funcionar sem interrupção, da informação a ter de ser fornecida no momento exacto em que era necessária, a «perfeição» do produto a salvaguardar na estrita obediência à exigência económica da empresa — tudo isso, que é o mundo industrial, me estava construindo, tinha repercussão no meu corpo, projectava-me noutros ritmos, exigia de mim sujeições e superações, misturava-me a uma rede de solidariedades que, pressentia-o então confusamente, só o tempo iria ajudar a explicitar).

Impossível, portanto, imaginar qualquer mudança de vida que não passe por uma mudança das condições, dos meios e da própria concepção do que é o trabalho.

FORÇA, MATÉRIA E TEMPO

Se aplicarmos à noção de trabalho os princípios da Mecânica aprendida nos bancos do liceu, diremos que o trabalho supõe a existência de uma **matéria** (um objecto) e a aplicação de uma **força** que se exerce sobre essa matéria durante um certo **tempo**. Isto significa que o camponês, o médico, o operário, o professor, (e até o político!) dispõem todos e cada um de uma força que vai ser aplicada à matéria que lhes é própria, durante um período a que se convencionou chamar «horário de trabalho».

Numa visão meramente mecanicista, cada um destes elementos se encontra sujeito às suas leis próprias, sem que uma finalidade global lhes imponha limites ou os ultrapasse. Acontece, assim, que para aumentar a sua riqueza, as sociedades são levadas a procurar que uma quantidade cada vez maior de força humana, seja aplicada sobre cada vez mais matéria, durante períodos cada vez mais longos. Esquece-se que, para que cada homem veja a sua força transformada em trabalho, se torna necessário que ele se assuma como senhor da força de que dispõe, que conheça a matéria (o objecto) sobre a qual a vai dispendir e que controle o seu tempo de aplicação.

A igualdade entre os homens diz-nos que a **força** humana, exercendo-se embora de muitas maneiras, tem sempre a mesma fonte: força no serrar a madeira, força na condução da máquina, força na dactilografia horas a fio, força nos cuidados com o doente, força a tratar dos filhos pequenos, força a escoar-se pela ponta da caneta quando queremos dizer a outros o que nos toma inteiros e as palavras endurecem e resistem à nossa manipulação... É nesta comunhão de forças que os homens e as mulheres se encontram como trabalhadores.

Como justificar então a inensa gama de distinções valorativas que as sociedades estabelecem entre a força aplicada nos serviços e a força aplicada em empresas produtivas, entre a força gasta em ocupações inúteis, mas remuneradas, e a força dispendida por quem, gratuitamente, assegura as infra-estruturas fundamentais do dia-a-dia...?

O conhecimento da **matéria** a ser «trabalhada» implica uma primeira distinção entre aquilo a que poderemos chamar os trabalhadores reais e os trabalhadores aparentes. Para aquele que «sabe o que está a fazer», que «conhece o seu ofício» — seja ele pedreiro, cirurgião ou músico — a força que aplica transforma-se em trabalho. Para os imensos sectores da actividade social que dispendem a sua força sem conhecer o seu ponto de aplicação (qual hábil cena de Fellini ou de Polanski em que dezenas de pseudo-jogadores de box se treinassem a dar socos, de olhos vendados, num imenso ginásio, sem sacos de treino) a força dispendida não deveria chamar-se trabalho, mas desperdício humano, sem recuperação possível...

Uma segunda distinção decorre da possibilidade que o trabalhador tem ou não de assumir livremente as razões que o levam a dispendir a sua força sobre esta e não aquela matéria. Embora todo o trabalho tenha uma dimensão de imposição (mesmo quando decorre de uma escolha livre, aceite à partida), há uma diferença radical entre o trabalho em que, ao menos em alguns momentos, o homem põe o melhor de si mesmo, daquilo que profundamente é e deseja construir, e o trabalho que resulta de uma exigência que lhe é totalmente exterior e à qual se vê forçado a render-se. Que paradoxo ter, pois, que reconhecer, que a grande maioria daqueles que hoje, pelo mundo fora, se reconhecem como «massas trabalhadoras» exercem um trabalho que não escolhem, ou de que desconhecem a finalidade real!

Mas há mais. Porque a relação entre a força e a matéria se desenrola no **tempo**, só poderemos dizer que o homem é senhor do seu trabalho quando o for também do número de horas pelas quais distribui a sua actividade. Ora aí, sob capas diversas, não será a mesma alienação fundamental que percorre os múltiplos escalões da vida laboral? Basta pensarmos nos quadros dirigentes que se dizem vítimas da «neurose do trabalho»; nos funcionários médios que as famílias acusam de terem «casado com o emprego»; nos pequenos funcionários que utilizam a folha de presenças como salvo-conduto para o pão quotidiano; nos trabalhadores manuais que chegam a contar a monotonia das horas pelas dores que sentem no corpo...

CREDO

«Credo», diz o quadro superior, empenhado a tempo inteiro, e ainda um pouco mais, nos grandes negócios que fazem girar o planeta. «Credo», eu creio:

- *Eu creio em um só mundo, entregue aos homens para que eles o possuam e produzam cada vez mais.*
- *Eu creio na ciência, como único lugar da verdade, fonte de progresso constante, guia da humanidade.*
- *Eu creio que o homem é feito para o trabalho, o trabalho para o lucro, o lucro para as estatísticas.*
- *Eu creio que a expansão da empresa é o fim último de toda a actividade humana.*
- *Eu creio que todos os homens são iguais mas que uns são mais iguais do que outros.*
- *Eu creio que a hierarquia dos poderes é o fundamento da sociedade. Eu creio que subir nessa hierarquia é privilégio dos eleitos, a que eu pertença.*
- *Eu creio que o dinheiro é a medida de todas as coisas.*
- *Eu espero pelo fim de tudo, que é a morte. Amen.*

*Maurice Bellet
in «Le lieu du combat»
Desclée, Paris 1976*

Numa perspectiva mecanicista do trabalho, o homem não existe como sujeito: permanece objecto das leis que rejeitam a aplicação da sua «força» e a execução do seu trabalho.

Ora quando uma sociedade inteira adopta, ainda que inconscientemente, esta perspectiva, visando apenas a quantidade de trabalho realizado (objectivo tecnocraticamente definido como aumento de produtividade ou como única forma de conseguir o crescimento económico necessário), ela está implicitamente afirmando que os homens estão todos subordinados ao trabalho. E se tal objectivo não é enquadrado numa política global de metas sociais prioritárias e determinantes de todas as outras decisões, os homens tornam-se escravos do trabalho e cada vez mais alheios ao resultado e às finalidades desse trabalho.

Porque disse «escravos» e «alheios», terei que explicar como vejo esta alienação fundamental das sociedades de tipo produtivista. Aparentemente orientadas para o bem-estar e para fins nobres, tais sociedades incarnam o mais subtil materialismo: o homem converte-se na correia de transmissão da máquina, no controlo do alto forno, na enxada que revolve a terra, nas palavras que as escolas transpiram, nos documentos e certificados que os guichets fornecem. A lógica supõe que, no termo, o homem seja substituído pela máquina, identificado com ela, controlado por ela.

EVASÃO OU RETORNO?

Como reagem os homens e as mulheres que, mesmo sem a racionalizarem nas suas crises íntimas, experimentam essa opressão? Como reage perante ela o inconsciente colectivo?

Para a mulher que faz 240 vezes por minuto o mesmo gesto, na indústria de confecção, só há dois caminhos: tornar o seu gesto infinitamente valioso e por isso reclamar uma compensação financeira cada vez maior para a força que de si se escoa, ou reduzir drasticamente o tempo em que tem de sujeitar-se a tal ritmo. (Aqueles que se admiram que as massas trabalhadoras façam cada vez mais — e só — reivindicações quantitativas deveriam ser convidados a experimentar por um tempo um trabalho deste tipo...).

Para o homem que, no sector dos serviços, não vê do seu trabalho senão os formulários a preencher, os ofícios de remessa a redigir, os relatórios a estabelecer e a enviar «à consideração superior», as possibilidades de reacção activa são quase nulas. Incapaz de reivindicação pela diminuição libidinal que tal trabalho provoca, resiste ao papel, recusa a resposta, torna o processo cada vez mais lento para o (se) valorizar, cria uma suprema indiferença pelo resultado final da força dispendida, vingá-se do anonimato e da palpável inutilidade do circuito burocrático insurgindo-se contra o primeiro espírito dinâmico que lhe surgir pelo caminho. (E aqueles que se admiram da ineficácia do sistema deveriam ser convidados a relatar que simplificações introduziram nos circuitos em que estão inseridos, que actos «contra o costume da casa» foram capazes de pôr em prática...).

Afinal, nas sociedades dominadas por uma óptica mecanicista, em que o trabalho, de meio que é, se transforma num fim, contradiz-se o objectivo global e necessário de maior produção e maior rentabilidade. O trabalhador torna-se alheio à sua obra; o divórcio entre o Estado e o movimento socio-cultural das massas trabalhadoras cava-se cada vez mais.

Assim, ao analisarmos de perto o caso português, teremos que reconhecer que o que está em causa no nosso comportamento colectivo não é necessariamente a ineficácia, a incompetência ou o oportunismo súbito e generalizado. A experiência dos últimos 20 anos à escala do planeta é inequívoca: para se defender da escravidão à máquina ou da burocracia, o indivíduo que se encontra na engrenagem de um desenvolvimento que se quer acelerado, economicista e modernizante, não tem outra maneira de resistir a essa nova forma de dominação senão «pelo retorno às formas arcaicas da sua identidade cultural» (Paul-Marc Henry). Como o não pode fazer de forma pura, enxerta no trabalho que realiza os valores por que aspira: conta casos, comenta histórias, deixa que a imaginação invente, introduz a intuição e o palpite onde devia estar o rigor e o saber, torna-se defensor acérrimo do seu clube, da sua «corporação de artes e ofícios»... É por isso que é difícil fugir à evidência de que, por maior boa vontade que todos tenhamos, a recuperação saudável do país só se fará quando tivermos a coragem de **olhar de frente as componentes culturais do desenvolvimento económico.**

PARA ALÉM DO MECANICISMO

A uma interpretação mecânica do trabalho, opõe-se aquilo a que, em termos físicos, poderíamos chamar uma interpretação **energética**, cujas leis poderão ser expressas em termos de «termodinâmica social».

Na «termodinâmica social», o trabalho realizado está intimamente ligado à energia interna de cada elemento do corpo social. Isso significa, logo à partida, que o trabalho não se mede apenas em termos do que produz; é igualmente importante saber **como** é que esse trabalho produz — à custa de quê, em ordem a quê. E esse «como» é de tal maneira significativo que, no limite, pode converter-se na negação do próprio trabalho. Lentamente, (e para muitos inadvertidamente), não poderá o modo de produção acabar por anular o próprio homem que produz trabalho?

Neste contexto, o que importa é encontrar o equilíbrio entre o trabalho social produzido e o grau de satisfação que humanamente o acompanha (em estrita termodinâmica diríamos que se torna necessário «optimizar a relação trabalho/energia interna»). O trabalho deixa então de ser apenas um gesto anónimo que o homem põe na história: a sua realização supõe a estruturação da própria pessoa através do que realiza.

Os factores de ordem quantitativa deixam, assim, de ser determinantes na valorização do trabalho, para dar lugar aos indicadores de ordem qualitativa. Assim se explica que seja hoje possível formular uma lista de indicadores sociais subjectivos capazes de revelar o grau de satisfação que o homem encontra no trabalho.



QUE TRABALHO? PARA QUÊ?

(alguns indicadores esquecidos)

- *O que produz? Produzo o todo ou a parte, produzo bens ou papéis, produzo serviços ou paliativos, produzo coisas reais ou intermediários efémeros entre as coisas e as pessoas...?*
- *Que controlo tenho sobre o meu trabalho? É a máquina que me domina, é o computador distante, é o chefe demasiado próximo, é a total ausência de chefia, é apenas a necessidade de mostrar que estou sentado no meu lugar sujeitando-me não ao chefe mas ao seu fantasma...?*
- *A quem serve o meu trabalho? Serve as pessoas ou a máquina burocrática, serve necessidades ou luxos supérfluos, serve o bem de todos ou só de alguns...?*



Nesta óptica, as reivindicações de tempo de trabalho igual para todas as tarefas ou de horários uniformes para todos os trabalhos de um mesmo ramo são hoje consideradas anacrónicas. Se há tarefas que se podem realizar com satisfação — isto é, em equilíbrio do homem com o meio — durante seis ou oito horas, outras há cujo rendimento a todos os níveis apenas pode comportar três, quatro ou cinco horas. Por outro lado, não estamos todos, ao mesmo tempo, em condições energéticas de realizar o mesmo trabalho. O desdobramento dos horários de trabalho nas conhecidas possibilidades de horário flexível, jornada contínua ou capitalização de horas de trabalho, são algumas das muitas maneiras de organizar de forma mais humana, e por isso mesmo mais racional, o trabalho que prestamos à sociedade. (Para aqueles que se preocupam apenas com os coeficientes económicos valerá a pena acrescentar que uma tal reorganização aumenta o rendimento do próprio trabalho, melhora a qualidade dos serviços, e contribui para a resolução, cada vez mais difícil, do problema dos transportes...).

O TRABALHO — CRIAÇÃO CONTINUADA

Na perspectiva da moral cristã tradicional, o trabalho era, antes de mais, visto como uma forma de domínio do homem sobre a natureza e um meio de subsistência, para garantir o pão de cada dia. Para essa concepção contribuiu a abundantíssima literatura exegética elaborada sobre os capítulos 2 e 3 do Génesis (o homem dominará a terra e ganhará o pão com o suor do seu rosto). É certo que, em anos mais recentes, se valorizou também o trabalho como meio de realização pessoal e de serviço dos outros. Mas não se pôs devidamente em questão o carácter não gratificador da grande maioria das tarefas executadas pelos trabalhadores e, muito menos, o modelo de sociedade em que tal tipo de trabalho se inseria.

Ora o Evangelho aí está, diante de nós, a situar o trabalho numa perspectiva que supera os nossos mais arrojados sonhos ou utopias. Fala-nos da inutilidade do nosso esforço na procura de resultados: «Olhai os lírios do campo, não tecem nem fiam e nem as vestes de Salomão têm o mesmo brilho»... Lembra-nos que para

além do trabalho imediato e individual em que estamos empenhados, há uma grande tarefa colectiva a que é preciso meter ombros: os pescadores Pedro e André, João e Tiago, afadigados com as suas redes, respondem ao apelo de Jesus que passa e lhes diz que deixem tudo e o sigam... Revela-nos que todo o trabalho é vão se não participar da criação contínua do Reino de Deus: «Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça e o resto ser-vos-á dado por acréscimo»...

Não admira, pois, que ainda hoje nos apareça como actual o pequeno livro de há 30 anos, da autoria do sempre jovem teólogo M. D. Chenu: «Pour une théologie du travail». Aí se insiste, pela primeira vez, não só na tarefa que cabe aos cristãos na humanização do trabalho, mas, sobretudo na forma de conceber o trabalho como **acto de criação**, a desenrolar-se no tempo.

Na perspectiva em que aqui nos situámos, a teologia do trabalho mergulha, cada vez mais, na sua raiz comunitária. O trabalho entendido como troca de energia entre a pessoa e o meio, implica novas formas de solidariedade. Basta pensarmos na rede de interdependências sugerida pela aplicação dos indicadores sociais subjectivos... Nela, os cristãos não constituem excepção. Eles são, existencialmente, parte integrante do povo trabalhador e não «enxerto apostólico» a assumir condescendentemente e de fora o mundo do trabalho.

Dispersos nas massas trabalhadoras, os cristãos reconhecem-se uns aos outros na «assiduidade à oração, ao ensino dos apóstolos e à fracção do pão». Confessam Jesus Cristo no «como», no «porquê» e no «para quê» do seu trabalho. Sujeitos às mesmas dificuldades e ambiguidades, lutam por um trabalho mais humano, por uma produção que responda às necessidades dos homens, por uma disponibilidade total às regras próprias de cada tarefa e de cada acção.

É por isso que os entusiasmas, sem ilusões, de resto, a criação em que constantemente participam. Eles sabem que o tempo perdido, a tarefa por realizar, a máquina parada, a folha em branco, o doente não tratado — todos os gestos que o trabalho lhes pede e que recusam ou omitem — são outras tantas desistências na construção do Reino de Deus. Daí a urgência que os move. Não é verdade que a criação «sofre as dores do parto», na expectativa da libertação que os filhos dos homens lhe hão-de trazer?